



VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

RETRATO
DOS PRIMEIROS
**100 DIAS DE
GOVERNAÇÃO**

22 de junho a 22 de setembro de 2018

MINISTÉRIO DO
PLANEAMENTO
E INVESTIMENTO
ESTRATÉGICO



RETRATO DOS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNAÇÃO
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO
Outubro de 2018

Compilado pelo Gabinete do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho

Relatórios parciais da autoria de:

- » Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico;
- » Agência de Desenvolvimento Nacional - ADN;
- » Comissão Nacional de Aprovisionamento - CNA;
- » Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas (CAFI)
- » Secretariado dos Grandes Projetos (SGP)

Revisão por: Iriana Ximenes e Sónia Leitão.

Design por: Nuno Costa.

www.timor-leste.gov.tl
www.timorleste.tl



VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

RETRATO
DOS PRIMEIROS
**100 DIAS DE
GOVERNAÇÃO**

22 de junho a 22 de setembro de 2018

MINISTÉRIO DO
PLANEAMENTO
E INVESTIMENTO
ESTRATÉGICO

ÍNDICE

Prefácio de S. Exa. o Ministro do Planejamento e Investimento Estratégico em exercício	5
Competências	6
Administração transitória	8
Abreviações e acrônimos	9
Ministério do Planejamento e Investimento Estratégico	10
Agência de Desenvolvimento Nacional - ADN	14
Comissão Nacional de Aprovisionamento - CNA	20
Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas - CAFI e Secretariado dos Grandes Projetos - SGP	23



PREFÁCIO

DE S.EX.A O MINISTRO DO PLANEAMENTO E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO EM EXERCÍCIO



Tenho o prazer de apresentar o Relatório de Atividades de 100 Dias do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico e do Fundo das Infraestruturas (FI) do VIII Governo Constitucional. O presente relatório é preparado com base nas atividades realizadas pelos Serviços Centrais, Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) e Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA), que se encontram na dependência do MPE. São apresentadas ainda as atividades levadas a cabo pelo Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas (CAFI) que estão ligadas com o objetivo do FI, nomeadamente de financiar os grandes projetos para apoiar o crescimento económico de Timor-Leste.

O Governo reconhece igualmente que continuam a existir os maiores desafios para concretizar os objetivos estratégicos, sendo que a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento têm levado a cabo atividades com o objetivo de conceber, coordenar, executar e avaliar as políticas de avaliação, gestão, monitorização e fiscalização de projetos de desenvolvimento, bem como de realizar os processos de aprovisionamento de projetos, acompanhando e assistindo tecnicamente os restantes procedimentos realizados pelas entidades públicas. Por sua vez, o Secretariado dos Grandes Projetos (SGP) tem feito os maiores esforços para gerir, monitorizar e apoiar a implementação de projetos do FI na maneira apropriada e sustentável com o intuito de seguir o objetivo do Plano Estratégico de Desenvolvimento das Infraestruturas com vista a melhorar as infraestruturas, reduzir a pobreza e contribuir para o desenvolvimento económico do país.

Hermenegildo Augusto Cabral “Agio” Pereira



COMPETÊNCIAS

O Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico é o departamento governamental responsável pela conceção, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas de promoção do desenvolvimento económico e social do país, através do planeamento estratégico e integrado e a racionalização dos recursos financeiros disponíveis, assumindo responsabilidades específicas sobre a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, sobretudo no que se refere a:

- a) Infraestruturas e Planeamento Urbano;
- b) Petróleo e Minerais;
- c) Planeamento e Ordenamento do Território.

Compete ao Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico planear, propor e coordenar a execução de infraestruturas de cariz estratégico.

Compete ainda ao Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico a responsabilidade de supervisionar a qualidade do trabalho e das atividades de execução de projetos físicos promovidos, desenvolvidos ou financiados pelo Fundo de Infraestruturas ou outros, cujos fins ou atribuições seja o de financiamento de projetos estratégicos plurianuais e pela Unidade de Parcerias Público Privadas do Ministério das Finanças.

O Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, nos termos dos números anteriores e com base nos dados estatísticos e do cadastro disponibilizados pelos serviços competentes tem, designadamente, as seguintes atribuições específicas:

- a) Avaliar os projetos de capital de desenvolvimento, baseado na análise criteriosa da viabilidade dos projetos e do respetivo custo-benefício;
- b) Supervisionar, fiscalizar e certificar a implementação e execução dos projetos, contribuindo para a racionalização dos recursos financeiros disponíveis e para o desenvolvimento económico e a atividade económica, quer a nível nacional, distrital e local;



- c) Planear e controlar os custos e a qualidade dos projetos de capital de desenvolvimento;
- d) Promover a transparência e a qualidade através da prestação de serviços de aprovisionamento para os projetos de capital de desenvolvimento;
- e) Desenvolver estudos, pareceres e análises técnicas e setoriais com vista a avaliar o impacto e viabilidade económica dos projetos de desenvolvimento;
- f) Analisar e selecionar propostas de investimento para o país;
- g) Estudar, planear e propor políticas de desenvolvimento setoriais;
- h) Estudar, planear e propor a política nacional de ordenamento do território, em coordenação com os departamentos governamentais competentes em razão da matéria;
- i) Ajudar a promover a adoção de normas técnicas e de regulamentação referentes aos materiais utilizados na construção civil, bem como desenvolver testes laboratoriais para garantia de segurança das edificações;
- j) Propor e desenvolver a política nacional de recursos naturais e minerais;
- k) Apoiar a desenvolver o quadro legal e regulamentar das atividades relacionadas com os recursos energéticos renováveis;
- l) Apoiar nos estudos sobre a capacidade dos recursos energéticos renováveis e de energias alternativas;
- m) Manter um arquivo de informação sobre operações e recursos energéticos renováveis;
- n) Contribuir para desenvolver a política nacional de transportes e comunicações;
- o) Ajudar a preparar e desenvolver, em cooperação com outros serviços públicos, a implementação do plano rodoviário do território nacional;
- p) Apoiar a coordenação e a promoção de um sistema de gestão, manutenção e a modernização das infraestruturas aeroportuárias, de navegação aérea, rodoviárias, viárias, portuárias e serviços conexos;
- q) Promover a criação do Banco de Desenvolvimento Nacional, em coordenação com o Ministro Coordenador das Atividades Económicas e com o Ministro das Finanças.



Ficam na dependência do Ministro do Planejamento e Investimento Estratégico a Comissão Nacional de Aproveitamento - CNA, Agência de Desenvolvimento Nacional - ADN, Secretariado dos Grandes Projetos.

Os órgãos e serviços que compõem o Ministério do Planejamento e Investimento Estratégico são os definidos na respectiva lei orgânica.

ADMINISTRAÇÃO TRANSITÓRIA

O Ministério das Finanças fica, a título transitório, sob a liderança da Vice-Ministra das Finanças, que assegura a coordenação de todas as atividades do Ministério.

O Ministério da Administração Estatal fica, a título transitório, sob a liderança do Vice-Ministro da Administração Estatal, que assegura a coordenação de todas as atividades do Ministério.

O Ministério da Saúde fica, a título transitório, sob a liderança da Vice-Ministra da Saúde, que assegura a coordenação de todas as atividades do ministério.

O Ministério do Interior fica, a título transitório, sob a liderança do Ministro da Defesa que assegura a coordenação de todas as atividades do ministério.

Os seguintes Ministérios ficam, a título transitório, sob a liderança do Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que assegura a coordenação de todas as atividades dos ministérios: Gabinete do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, Ministério do Planejamento e Investimento Estratégico, Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, Ministério do Petróleo e Minerais.



ABREVIACÕES E ACRÓNIMOS

ADB	Asia Development Bank
ADN	Agência de Desenvolvimento Nacional
CAFI	Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas
CPV	Commitment Payment Voucher
CNA	Comissão Nacional de Aprovisionamento
EV	Estudo de Viabilidade
EV	Expenditure Voucher
FI	Fundo das Infraestruturas
FS	Feasibility Study
GPS	Global Positioning System
JICA	Japan International Cooperation Agency
LM	Linha Ministerial
OGE	Orçamento Geral do Estado
PAA	Plano de Ação Anual
PEP	Payment Extra Payment
PM	Primeiro-Ministro
PN	Parlamento Nacional
PO	Purchase Order
PR	Payment Requisition
PRT	Payment Request
S.Exa.	Sua Excelência
SGP	Secretariado dos Grandes Projetos
TPO	Treasury Payment Order
UPMA	Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação



**MINISTÉRIO DO
PLANEAMENTO
E INVESTIMENTO
ESTRATÉGICO**



1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico é o departamento governamental responsável pela conceção, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para as áreas de promoção do desenvolvimento económico e social do país, através do planeamento estratégico e integrado e racionalização dos recursos financeiros disponíveis, assumindo responsabilidades específicas sobre a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, sobretudo no que se refere a:

- a. Infraestruturas e Planeamento Urbano;
- b. Petróleo e Minerais;
- c. Planeamento e Ordenamento do Território.

Compete ao Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico planear, propor e coordenar a execução de infraestruturas de cariz estratégico, bem como a responsabilidade de supervisionar a qualidade de trabalho e das atividades de execução de projetos físicos promovidos, desenvolvidos e financiados pelo:

- a. Fundo de Infraestruturas ou outros, cujos fins ou atribuições sejam o de financiamento de projetos estratégicos plurianuais;
- b. Unidade de Parcerias Público Privadas do Ministério das Finanças.

Ficam dependência do Ministério do Ministro de Planeamento e Investimento Estratégico:

- a. Comissão Nacional de Aprovisionamento - CNA
- b. Agência de Desenvolvimento Nacional - ADN
- c. Secretariado dos Grandes Projetos.

Os órgãos e serviços que compõem o Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico são os definidos na respetiva lei orgânica.



2. ATIVIDADES IMPLEMENTADAS

Serviços centrais do MPIE

Têm por missão assegurar a gestão do expediente geral, gestão dos recursos humanos, gestão dos recursos financeiros, logística, aprovisionamento, coordenar os sistemas de comunicação externa e interna, documentação, arquivo, gestão patrimonial, de acordo com a lei e sob as orientações superiores do Ministro. Assim, durante os primeiros 100 dias de governação do VIII Governo Constitucional, foram realizadas as seguintes atividades:

- No âmbito do programa de melhoria da qualidade dos serviços do MPIE, a eficiência da administração, aprovisionamento e gestão patrimonial foi assegurada;
- Receção, compilação e edição dos Relatórios de Desempenho Trimestrais e Anuais de 2018, bem como dos Planos de Ação Anuais de 2018 e 2019, e posterior submissão à Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação do Gabinete do Primeiro-Ministro (UPMA);
- Coordenação com os restantes serviços do MPIE na elaboração dos Planos de Orçamento para 2018 e 2019, e posterior submissão ao Ministério das Finanças;
- Realização de contratos, de processos de aprovisionamento, pagamentos e prestação de serviços;
- Garantir um quadro variado, adaptável e adequado às necessidades do MPIE, com a prestação de serviços de funcionários públicos, assessores e técnicos;
- Elaboração do quadro de pessoal dos serviços centrais do MPIE para 2019;
- Elaboração de um Plano de Atividades de Formação para o último trimestre de 2018;



- Realização de averiguações aos procedimentos de controlo interno de natureza administrativa e financeira, do acompanhamento do processo de execução do orçamento em Regime duodecimal, bem como partilha de informação acerca dos procedimentos de execução do OGE com os oficiais de finanças;
- Assegurar o apoio jurídico, bem como participação em diversas ações de fiscalização sucessiva exercidas pela Câmara de Contas a organismos na dependência direta do MPIE;
- Garantir a legalidade de contratos através da avaliação dos riscos dos mesmos, visando garantir a segurança jurídica da Administração;
- Elaboração do esboço de Lei Orgânica do Ministério em coordenação com os vários serviços na dependência do MPIE;
- Colaboração na conclusão dos procedimentos necessários para a abertura do “Aeroporto do Suai – Comandante das Falintil Xanana Gusmão” à aviação comercial.

No decorrer destas atividades, surgiram alguns obstáculos relacionados com a execução do orçamento em regime duodecimal, tais como a falta de verbas para a manutenção de ares condicionados, para a aquisição de combustível e manutenção das viaturas do Governo, entre outros, afetando assim o bom funcionamento do Ministério e dificultando a coordenação das atividades entre os vários serviços. No entanto, com a aprovação do OGE para 2018, estas situações estão a ser regularizadas e o funcionamento do MPIE está a ser normalizado.



AGÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO
NACIONAL
ADN



A Agência de Desenvolvimento Nacional foi criada através do Decreto Lei No.11/2011 (aprovado pelo Conselho de Ministros no dia 19/2/2011 e promulgado pelo Presidente da República no dia 16/3/2011). A missão da ADN é assegurar uma boa execução do orçamento do Estado no investimento em projetos (construção civil) em todo o território, com qualidade e conforme as especificações e o desenho, bem como uma análise de custo-benefício razoável e viável. De acordo com o Decreto-Lei No.11/2011, a ADN tem as seguintes funções principais:

1. Avaliar o mérito e a viabilidade dos projetos de capital de desenvolvimento;
2. Supervisionar, fiscalizar e certificar a qualidade dos projetos de capital de desenvolvimento bem como a respetiva execução, em coordenação com o ministério da tutela;
3. Gerir os projetos de construção civil de montante entre cento e cinquenta mil e um cêntimo e quinhentos mil dólares norte-americanos, atribuídos a empresas locais sediadas nos subdistritos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Descentralizado II (PDD II);



Reunião entre S.E. o Primeiro-Ministro com a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), no dia 1 de outubro de 2018, na ADN. Técnico explica que tipo de equipamentos de laboratório a ADN usa para testar as matérias que as companhias utilizam em projetos do Governo.



O Diretor-Geral da ADN, Sr. Samuel Marçal apresenta, a S.E. o Primeiro-Ministro, os trabalhos que a ADN se encontra a realizar.



Participação do Diretor-Geral da ADN, na reunião para a definição de prioridades para o setor das infraestruturas no OGE de 2019, no GPM.





Reunião técnica interministerial entre a ADN, CNA, MAE e MOP para a verificação e inspeção de projetos para a preparação do OGE para 2019.



Reunião e formação acerca do sistema PMIS.



Técnicos da ADN participam em formação sobre o sistema PMIS.



Técnicos da ADN realizam inspeção a projetos no terreno (estrada Fortuna - Sarlala - Aileu).

4. Providenciar apoio ao Programa Objetivos de Desenvolvimento do Milénio Sucos (MDG Sucos).

Assim, durante os primeiros 100 dias de governação do VIII Governo Constitucional, a ADN realizou as seguintes atividades:

- Reunião com S.E. o Primeiro-Ministro no dia 1 de outubro, na sala de reuniões da ADN, na qual o Senhor Primeiro-Ministro solicitou à ADN a imposição de regras rigorosas às companhias que gerem as obras do Governo, a fim de evitar a manipulação de projetos no terreno;
- Participação na reunião do CAFI, entre o dia 24 e 25 de setembro;
- Participação do Diretor-Geral da ADN numa reunião de trabalho presidida por S.E. o Primeiro-Ministro, no dia 17 de outubro, acerca das áreas prioritárias de infraestruturas para o OGE de 2019;
- Participação em reunião com a Comissão C do Parlamento Nacional, acerca do orçamento da ADN para o OGE de 2018;
- Coordenação e trabalho conjunto com as entidades relevantes para a finalização do



Livro 3 e 6 do OGE de 2018, bem como do Livro de Orçamento para o OGE de 2019;

- Participação do Diretor-Geral da ADN nas Jornadas Orçamentais de 2019, realizadas pelo Ministério das Finanças;
- Participação do Diretor-Geral da ADN na inauguração da Ponte de Comoro III;
- Participação do Adjunto do Diretor-Geral da ADN em vários eventos e reuniões, tais como: inauguração da Escola EBF Lepo - Zumalai; inauguração da Capela Aiassa -Babiló - Bobonaro, reabertura do Santuário do Ramelau; Panorama para o Orçamento de 2019 no MdF; reuniões regulares com a UPMA sobre a elaboração de planos e relatórios;
- Estabelecimento de uma equipa de coordenação de infraestruturas básicas e equipa de liquidação orçamento infraestruturas, liderada pela ADN e por um membro do grupo técnico composto pelo MOP, CNA, SGP e ADN;
- **A Direção de Recursos Humanos** realizou 13 reuniões técnicas, das quais: 1 reunião com diretores e chefes de departamento sobre a avaliação de desempenho de todos os



Técnicos da ADN realizam inspeção ao projeto da estrada Manatutu - Natarbora.



Técnicos da ADN realizam teste "profiling" no projeto da estrada Manatutu.



Técnico da ADN realiza inspeção ao projeto do aeroporto do Suai.





Técnicos da ADN realizam seleção para o processo de concurso para a compra de equipamentos de informática.



Reunião da equipa de coordenação de infraestruturas básicas, liderada pelo Diretor-Geral da ADN (chefe de equipa).

funcionários; 4 reuniões com diretores sobre a rotação interna de funcionários; 3 reuniões com diretores sobre o processo de recrutamento; 2 reuniões com todos os diretores e funcionários sobre os trabalhos da ADN nos municípios;

- **A Direção de Estradas e Pontes** realizou inspeção a 13 projetos, dos quais: projeto de Escola Vocacional em Maubessi – Ainaro; projeto do Aeroporto do Suai; projeto de Escola em Lepo – Suai – Zumalai; projeto de estradas e barragem em Aituto – Ainaro; projeto de estradas em Zumalai – Suai; projeto de estrada para Terminal em Becora – Díli; projeto de estrada em Hudi-Laran – Bairro – Pité – Díli; projeto de estrada em Hali-Laran – Obrigada Barak; projeto de estrada em Fortuna – Sarlala – Aileu;

projeto de estradas em Vemasse – Baucau; projeto de estrada Bee Mos – Díli; projeto de estrada para Natarbora – Manatuto;

- **A Direção de Estradas e Pontes** realizou reuniões técnicas interministeriais entre a ADN, CNA, o MAE e o MOP, para verificar e avaliar os projetos implementados, com o objetivo de preparar o orçamento para o OGE de 2019;
- **A Direção Nacional de Eletricidade** realizou a inspeção e verificação aos 25 projetos de eletricidade implementados em todo o território; participou numa reunião de Comissão Interministerial entre a ADN, MdF e o GPM; participou em reunião regular com companhias com problemas conforme o resultado de verificação e inspeção no terreno; participação em reunião com o SGP relacionada com preparação de SOP;
- **A Unidade de Verificação** realizou uma reunião técnica e de formação sobre o sistema PMIS aos técnicos da ADN; verificou



7 projetos; realizou o levantamento de dados para preparar o desenho e BQQ para o projeto de reabilitação do edifício e jardim do Tribunal de Recurso de Díli, e projeto de reabilitação do edifício do MNEC;

- **A Administração e Finanças** produziu um conjunto de 316 documentos financeiros composto por: 64 CPVs, 62 PRs, 62 POs, 64 PRTs, e 64 EVs; participou em várias reuniões técnicas realizadas pelo Ministério das Finanças e pela UPMA;
- **A Unidade de TIC** realizou uma monitorização aos 13 municípios para verificar a implementação do projeto “*National Connectivity Project/NCP 5*”;
- **A Unidade de TIC** participou em 3 reuniões técnicas: 1 reunião com o MdF sobre o contrato de Free Balance para a criação de *chart of account* baseado na estrutura do VIII Governo Constitucional; 1 reunião com a equipa TIC do GPM sobre a monitorização do projeto *National Optica Fiber Backbone*; 1 reunião com a OJETIL para a utilização do sistema IT no seu novo edifício;
- **A Unidade de Planeamento e Monitorização** participou em 3 reuniões técnicas nomeadamente: 1 reunião de coordenação com o Ministro da Administração Estatal sobre a implementação de projetos de PDIM; 1 reunião com o administrador do município de Liquiçá sobre a implementação dos projetos de PDIM; 1 reunião técnica com o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde sobre a implementação dos projetos de KTI;
- **A Unidade de Planeamento e Monitorização** participou no seminário sobre “Auditoria Social” ao programa PDIM com o Presidente da Comissão C do Parlamento Nacional, Ministério da Administração Estatal, Autoridade do Município de Liquiçá e Manatuto, Sociedade Civil e líderes comunitários;
- **A Unidade de Planeamento e Monitorização** preparou o orçamento de capital de desenvolvimento do MPIE - ADN para o OGE de 2019;
- **A Direção Edificação** verificou a 3 projetos e inspecionou 33 projetos.



COMISSÃO
NACIONAL DE
APROVISIONAMENTO
CNA



A CNA tem por missão realizar processos de aprovisionamento de projetos definidos em lei própria, bem como acompanhar e assistir tecnicamente os restantes procedimentos realizados no âmbito de todas as entidades públicas. Assim, durante os primeiros 100 dias de governação do VIII Governo Constitucional, a CNA realizou as seguintes atividades:

- Realizar os procedimentos de aprovisionamento para projetos financiados pelo Fundo de Infraestruturas, pelo Orçamento Geral de Estado e por doadores (ADB, World Bank), de valor igual ou superior a um milhão de Dólares Americanos;
- Prestação de assistência técnica às linhas ministeriais nos seus procedimentos de aprovisionamento de projetos financiados pelo OGE, até um milhão de Dólares Americanos;
- Conclusão da negociação contratual para o Ferry de Passageiros Roro (Nakroma 2) e preparação dos respetivos relatórios;
- Avaliação da proposta técnica do projeto de investigação, desenho e construção do Cais Flutuante no Porto de Díli;
- Avaliação das propostas de serviços de consultoria (*supervision consultant*) para o projeto da estrada de Baucau-Viqueque;
- Avaliação da proposta de concurso para o projeto do Sistema de Gestão da Água de Manatuto;
- Realização de uma reunião com o dono do projeto e com o empreiteiro para resolver a questão da “*performane security*” sobre o projeto de construção do edifício de Investigação Policial e Criminal, em Díli;
- Realização de um encontro com os representantes do Ministério da Administração Estatal - Distrito de Díli, Consultor Técnico e ADB - para discutir e decidir o tipo de aprovisionamento e preparação de documentos de concurso (*bidding documents*) sobre o projeto de gestão de resíduos sólidos;
- Submissão ao Tribunal de Contas dos documentos de avaliação para o projeto de *Laulara- Solerema Upgrading and Maintenance Lot 2*, após o recibo da declaração do MPS de disponibilida-



de de financiamento e segurança de desempenho (*performance security*) da entidade vencedora;

- Preparação e submissão da resposta da CNA ao ADB sobre a “*ADB’s follow-up review on the Implementation Status of Project Procurement-Related Review Recommendations on the Road Network Upgrading Sector Project*”;
- Prestação de assistência técnica à ZEESM no plano de aquisição de combustível para a Usina Elétrica de Sakato e para veículos;
- Tibar Bay Port PPP project: checked financial closure requirement (USD 206 million) and handed over original bid security to contractor;
- A CNA completou 10 emendas do contrato (extensão de tempo), com base em solicitações por parte dos donos do projeto.

Durante a realização das suas atividades, a CNA deparou-se com os seguintes desafios:

- Documentos técnicos submetidos por parte de ministérios e outras entidades públicas não completos, bem como a respectiva aprovação tardia por parte dos órgãos competentes, atrasando os processos de aprovisionamento e levando a uma baixa percentagem de execução;
- Pedidos para processos de aprovisionamento que careciam de cabimento orçamental;
- Pedidos para a extensão do período de tempo de contratos sem a prestação de justificação clara e, muitas vezes, sem estarem de acordo com os procedimentos e regras em vigor.



CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
DO FUNDO DAS
INFRAESTRUTURAS
(CAFI)

SECRETARIADO DOS
GRANDES PROJETOS
(SGP)



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades e os resultados conseguidos pelo FI durante 100 dias do mandato do VIII Governo Constitucional.

As atividades durante 100 dias do VIII Governo Constitucional estão com base nas carteiras ou portfólios do FI/CAFI, nomeadamente:

- 1. Preparação e apoio ao CAFI**
- 2. Planeamento e Orçamentação**
- 3. Pagamento para os Projetos do FI**
- 4. Estudo de Viabilidade e Avaliação de Projetos**
- 5. Relatório de Execução do FI**

As atividades acima mencionadas são da operação dos programas do FI que já estavam planeados pelos VI e VII Governo Constitucional. Portanto, estes 100 dias são o período de transição para os novos membros do CAFI tomarem posse e assumirem as responsabilidades. Noutra parte, o SGP como a máquina operacional do FI, desempenha as suas responsabilidades para executar as atividades programadas.



2. ATIVIDADES 100 DIAS



1 PAGAMENTO DO FUNDO DAS INFRAESTRUTURAS

A. PAGAMENTOS DE PROJETOS DO FI SUBMETIDOS PELAS LINHAS MINISTERIAIS E ADN

Durante 100 dias do mandato do VIII Governo, o SGP recebeu as recomendações sobre os pagamentos por parte das LM e ADN de 19 pagamentos que vêm de 6 programas do FI, nomeadamente:

	Programa	Pagamento
	Agricultura e Pescas	2
	Estradas	7
	Sistema de Apoio a Finanças	1
	Água e Saneamento	4
	Saúde	1
	Manutenção e Reabilitação	4
	Total	19



B. PAGAMENTOS DO FI ENVIADOS PARA O BANCO CENTRAL

Os pagamentos que foram enviados para o Banco Central durante 100 dias são 48. O total número é maior que 19 pagamentos devido a alguns pagamentos tem os seus processos iniciados durante o mandato do VII Governo, ou seja havia 29 pagamentos que foram processados durante o Governo anterior e finalizados durante 100 dias do mandato do VIII Governo. Estes pagamentos vêm dos seguintes programas:

	Programa	Total
	Informática	1
	Estradas	13
	Sistema de Apoio a Finanças	1
	Manutenção e Reabilitação	7
	Água e Saneamento	1
	Juventude e Desporto	2
	Eletricidade	5
	Agricultura e Pescas	3
	Edifício Público	1
	Compensação de Estradas	14
	Total	48



C. CRIAÇÃO DE CPV/PRT/PR/EV/PEP/TPO

As criações de CPV/PRT/PR/EV/PEP/TPO durante 100 dias são como as seguintes:

Documento	Criação	Nota
Commitment Payment Voucher (CPV)	20	CPVs dos pedidos de pagamentos são 19 e há 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
Payment Requisition (PR)	20	CPVs dos pedidos de pagamentos são 19 e há 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
Purchase Order (PO)	20	CPVs dos pedidos de pagamentos são 19 e há 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
Payment Request (PRT)	20	CPVs dos pedidos de pagamentos são 19 e há 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
Expend Voucher (EV)	48	EV com o total de 48; 19 foram criados durante VII Governo e 29 vem do VII Governo
Payment Extra Payment (PEP)	20	CPVs dos pedidos de pagamentos são 19 e há 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
Treasury Payment Order (TPO)	48	EV com o total de 48; 19 foram criados durante VII Governo e 29 vem do VII Governo
Total Transações	196	





2 ATUALIZAÇÃO DO GUIÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE

O SGP já criou o esboço do Guião de Estudo de Viabilidade (EV) em 2017. Este guião torna-se um padrão para todas as agências executoras e implementadores de projetos do FI para supervisionar os consultores que vão preparar o EV. O esboço ainda está na fase de revisão juntamente com o JICA e o ADB, e está na fase de consulta com as LMs. Na seguinte secção apresenta as atividades realizadas durante 100 dias do VIII Governo:

A. ESTABELECE O PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE EV

- Preparar o calendário de revisão para rever e melhorar a capacidade e o conhecimento dos pontos focais designados do SGP em conformidade com a especialidade da carteira de cada projeto de infraestruturas que tem a ligação com a importância de EV
- Preparar o calendário de capacitação através de reintrodução do programa de EV que está de acordo com o conteúdo estipulado no esboço do Guião
- Preparar o calendário para reestabelecer a coordenação com as LMs para introduzir o conceito de EV e ouvir os comentários sobre o esboço do guião estabelecido
- Considerar a implementação de EV através de um projeto piloto conforme o conceito de programa sectorial que já foi preparado com o intuito de avaliar a relevância do conteúdo do esboço de EV
- Observar e considerar a possibilidade de estabelecer um enquadramento jurídico para o Guião de EV com a aprovação do CAFI e do Conselho de Ministros como a base para justificar a implementação do EV que se aplica para cada projeto de infraestruturas com complexidade significativa a fim de assegurar os impactos benéficos máximos para o desenvolvimento socioeconómico de Timor-Leste



B. CALENDÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EV

- Realizar o programa de capacitação relativamente ao conceito de EV para os pontos focais do SGP com a assistência dos peritos técnicos da JICA e do ADB
- Executar e estabelecer novamente a coordenação com as LMs para discutir o conceito de EV, ligado ao esboço do guião de EV estabelecido para ouvir os comentários sobre este próprio esboço
- Estabelecer e coordenar com as agências parcerias internacionais para tentar implementar o calendário de aplicação de EV com um projeto piloto com o objetivo de avaliar a relevância do conteúdo estipulado no esboço.

Esboço do Guião de EV



Treinamento para oficiais do SGP sobre EV





3 Preparação do Segundo Relatório Trimestral do FI para o ano de 2018

A. PREPARAÇÃO SEGUNDO RELATÓRIO TÉCNICO TRIMESTRAL DO FI DE 2018

O resultado destas atividades é a produção do relatório técnico de segundo trimestre. O presente relatório cobre o período de 1 de janeiro até 30 de junho. Porém, este relatório foi finalizado durante 100 dias do mandato do VIII Governo e contém as seguintes informações:



- Atualizar as informações sobre os pagamentos para os projetos do FI durante o período do segundo trimestre de 2018
- Atualizar os progressos físicos dos projetos do FI com base em informações das ADN e LMs
- Apresentar um ponto de situação sobre as questões relevantes durante a implementação dos projetos do FI
- Atualizar a situação dos beneficiários durante a implementação dos projetos do FI (número trabalhador sira, etc.).

Este relatório do SGP-FI foi finalizado e distribuído para todas as LMs e o Gabinete do PM - UPMA para se apresentar ao Parlamento Nacional sobre a execução do FI durante o período de relatório.

B. PREPARAÇÃO DE RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DE ORÇAMENTO DUODECIMAL

O produto resultante destas atividades é o relatório de execução do orçamento duodecimal com as seguintes informações:

- Atualizar a execução do orçamento geral do FI
- Atualizar a execução do orçamento de cada programa





4 Preparação do OGE de 2018 para o FI

O resultado produzido através de atividades de 100 dias é o Livro 3-A do FI que contém as seguintes informações:

- Alocação orçamental para os projetos do FI em 2018
- Projeção orçamental de 5 anos para os projetos do FI
- Acompanhar a discussão do orçamento geral de 2018 no Parlamento Nacional (PN) e fornecer as informações para o Governo com vista a defender o OGE durante a plenária (Generalidade e Especialidade)
- Marcar a audiência na plenária no PN sobre os assuntos existentes do FI
- Fazer a revisão do Livro de Orçamente (Livro 3-A) depois da discussão da plenária



5 Jornal do OGE para 2019

O SGP envolve diretamente na discussão do nível alto para determinar o pacote de orçamento para os projetos do FI e a projeção orçamental:

- Analisar as informações sobre a carteira dos projetos de infraestruturas que se encontram concluídos, em curso e na fase



de consideração para avançar com o financiamento

- Preparar e apresentar o FI na jornada orçamental para definir o teto do envelope fiscal para o ano de 2019.



6 Preparação de Plano de Ação Anual (PAA) de 2019 para UPMA

Esta atividade do SGP é preparar o plano de atividades e a indicação de orçamento para os projetos do FI que estão em curso, não têm ainda o financiamento no ano passado e os novos projetos foram avaliados pelo SGP e aprovados pelo CAFI.



7 Organizar e Administrar as Reuniões do CAFI

Foram realizadas 3 reuniões do CAFI durante 100 dias do mandato do VIII Governo Constitucional:

- A reunião do CAFI realizada em 24 de setembro em relação às regras de implementação do orçamento e dos projetos do FI
- A reunião de Pré-CAFI realizada em 25 de setembro relativamente à discussão técnica entre o SGP, a ADN, a CNA e as LMs
- A reunião entre os membros do CAFI e a S.Exa. Sr. Primeiro-Ministro sobre a operação do FI, as carteiras de projetos do FI, o total dos contratos, os compromissos que são assinados pelos Governo e sectores privados até a data.



Os resultados das reuniões são os seguintes:

- Reativação de atividades do CAFI
- Delegação de novas competências para o SGP a fim de continuar as suas responsabilidades normais
- Delegação de competências para a Ministra das Finanças a fim de autorizar os pagamentos com o montante superior a \$500,000 de dólares americanos.
- Discussão técnica ampla sobre os assuntos e problemas ligados a implementação dos projetos



8 Base de Dados Geográficos e Mapeamento

Durante as atividades de 100 dias do SGP-FI, o SGP consegue:

- Desenvolver o Plano de Ação sobre as atividades para recolher as informações geográficas dos projetos do FI
- Assegurar o aprovisionamento do GPS para facilitar o processo de recolha de informações geográficas
- Visitar aos locais para fazer os testes de recolha de dados utilizando o GPS. Além disso, este serve como uma parte de capacitação dos funcionários para executar o exercício de *Ground-Truthing*
- Apresentar as informações recolhidas do GPS para o Mapa com vista a comparar com a imagem de LiDAR para examinar as compatibilidades
- Melhorar o plano e o formulário de atividade de visita aos locais para iniciar o processo de recolha as informações geográficas utilizando o GPS.

A deslocação dos pontos focais para recolher as informações do GPS





Deslocação dos pontos focais para recolher as informações do GPS



Vista do local de inspeção da equipa do SGP



Mapa de visitas da equipa do SGP





VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

